

PARA A RECONSTRUÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO

ZUR REKONSTRUKTION DES HISTORISCHEN MATERIALISMUS

Luíza Ribeiro Brum¹

HARBERMAS, Jürgen. **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983 [1976], 247 p.

Para se ler a obra de Habermas, faz-se necessária a consciência de que o leitor se deparará com a possibilidade de várias leituras, dada a habilidade do autor de relacionar diversas temáticas em seus escritos. Ele é capaz de discutir a reconstrução do sistema e de reavivar discussões sobre o agir comunicativo com maestria.

Considerado um dos grandes nomes alemães na área da filosofia e da sociologia, integra em seus estudos concepções teóricas advindas de diferentes tradições (positivismo, marxismo, hermenêutica, ética, entre outras). Jürgen Habermas nasceu em Düsseldorf, em 18 de junho de 1929 e iniciou sua vida universitária em Zurich. Aos 25 anos, defendeu sua tese sobre Schelling e, dois anos depois, tornou-se assistente de Theodor Adorno, um dos fundadores da Escola de Frankfurt. Graças a essa experiência, surgiram muitos trabalhos em torno do pensamento marxista.

No fim da década de 1960, mudou-se para os Estados Unidos, onde passou a trabalhar na *New York School for Research*. Anos depois, retornou a Frankfurt, com a finalidade de ocupar a vaga deixada por Max Horkheimer. Foi nessa instituição onde se aposentou do magistério, mas não da pesquisa.

Dentre suas obras, destacam-se *Mudança estrutural da esfera pública* (1962) (*Strukturwandel der Öffentlichkeit*), *Teoria e Prática* (1963), (*Theorie und Praxis*), *Ciência e Técnica como ideologia e, Conhecimento e Interesse* (*Wissenschaft und Technik als Ideologie*) (*Erkenntnis und Interesse*), ambas de

1968, *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* (1973) (*Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*); *Para a reconstrução do materialismo Histórico* (1976) (*Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus*); e *Consciência Moral e Agir Comunicativo* (1981) (*Moralbewusstsein und kommunikatives Handeln*).

A obra *Para a reconstrução do materialismo histórico* evidencia a reconstrução da Teoria da História de Marx que, para Habermas, estava ultrapassada. Nela se discute ainda a evolução social humana e aspectos antropológicos.

É justamente para esse livro que nossa atenção se volta. A versão dessa publicação aqui discutida é uma tradução de Carlos Nelson Coutinho, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e um dos mais reconhecidos intelectuais marxistas de nosso país. Estudioso de Antonio Gramsci foi responsável pela tradução da obra desse italiano, *Cadernos de Cárcere*, ao lado de Marco Aurélio Nogueira. Também militou no Partido Comunista Brasileiro e no Partido dos Trabalhadores.

A obra em questão busca rediscutir pontos marxistas, como a evolução social compreendida a partir da aprendizagem individual e coletiva. O livro é dividido em quatro seções. Na primeira, intitulada *Perspectivas Filosóficas* é ressaltado o contexto no qual foram produzidas as pesquisas para aquela edição e discorre sobre a identidade do EU, além de analisar o agir comunicativo e suas implicações na constituição do EU. Na segunda parte, *Identidade*, é analisada a identidade do eu, mas abre a discussão para outras perspectivas teóricas.

A terceira seção, *Evolução*, conceitos como historiografia e evolução são recorrentes nos

¹ Formada em Letras pelo Centro Universitário de Maringá – CESUMAR (2010). Especialista em Docência no Ensino Superior – CESUMAR (2011).

pensamentos de Habermas, enquanto *Legitimação*, o último capítulo da obra, retoma o conceito de legitimidade sob dois pontos de vista: empírico e normativo. Ao fim de cada parte, são apresentadas as notas e referências tomadas pelo autor como importantes para a descrição e análise da obra.

Importa ressaltar que o tradutor revela, inicialmente, que alguns escritos presentes na edição alemã original não constam na versão traduzida para o português, assim como acontece na edição italiana. Tais supressões teriam sido autorizadas pelo próprio Habermas.

Na primeira parte da obra, Habermas afirma que reúne trabalhos produzidos nos últimos três anos antes da publicação, ou seja, corresponde aos anos finais da década de 1970 do século passado. O intuito da obra é reconstruir a teoria do materialismo histórico, a partir de seus estudos sobre Marx.

Na introdução, o autor discorre sobre a questão da identidade e sobre o desenvolvimento do Eu, afirmando que este se realiza por estágios: o simbiótico (no início da infância, não há separação entre objeto e sujeito), o egocêntrico (quando se diferencia sujeito e objeto), o sociocêntrico-objetivista (o sujeito passa a construir um sistema de delimitações do Eu) e o universalista (quando adolescente, o Eu torna-se reflexivo). O autor destaca também o que difere a identidade do Eu e a identidade do grupo, além de mostrar como a identidade coletiva se constrói. Nesse sentido, afirma que nas sociedades neolíticas, a identidade coletiva era garantida pela referência aos ancestrais, enquanto a da pessoa era constituída pela identificação com a tribo a que pertencia. Quando ocorreu a passagem para as sociedades organizadas de modo estatal, as identidades tribais foram relativizadas, construindo-se uma identidade mais abstrata. Quanto ao materialismo histórico, ao se vincular às filosofias burguesas, tem a identidade coletiva compatível com estruturas universalistas do Eu.

Nesse capítulo, o autor discute conceitos como o agir comunicativo, racionalizado sob o “aspecto prático-moral da capacidade de entender e de coordenar do sujeito de ação, bem como da possibilidade de justificação no que se refere à norma de ação” (p. 33).

Os discutidos estágios do direito, da moral, do Eu, das formações de identidade dos indivíduos e do coletivo, são estágios do processo de racionalização. Racionalizar, para Habermas,

está ligado aos movimentos sociais. A partir disso, o autor suscita uma discussão sobre a evolução social com base nas estruturas normativas de uma determinada sociedade. O autor critica a ideia de que a investigação do processo capitalista realizada por Marx não reformula hipóteses sobre a evolução social, mas crê que o desenvolvimento dessas estruturas funciona como um caminho para tal evolução.

Na segunda parte da obra, *Identidade*, o subtítulo é *Desenvolvimento da Moral e Identidade do Eu*. O autor inicia o seu texto relacionando suas ideias quanto sobre os potenciais de conflito e de apatia entre os jovens. Também traz opiniões de autores como Marcuse e Adorno sobre a psicanálise e sua versão sobre o Eu. Ainda sobre a identidade do Eu, Habermas salienta que a problemática em torno dessa identidade está pautada em três distintas tradições teóricas, a saber: psicologia analítica do Eu (por meio de nomes como H. S. Sullivan, Erikson), psicologia cognoscitiva do desenvolvimento (Piaget, Kohlberg) e teoria da ação definida pelo interacionismo simbólico (Mead, Blumer, Goffman). O autor critica a proposta de Jane Lovinger, que concebe o desenvolvimento do Eu e o homossexual como determinantes para o desenvolvimento motivacional, expondo três dificuldades dessa teoria: não se pode captar o desenvolvimento com base em dimensões; não se considera que os estágios sigam uma lógica interna; e não se considera a relação da lógica com as condições empíricas.

Habermas explica os níveis por meio dos quais uma criança consegue atingir as estruturas do agir comunicativo. O autor salienta que ao domínio das estruturas do agir comunicativo correspondem competências graduadas de interação, sob três dimensões. A primeira corresponde à “percepção dos componentes cognoscitivos das qualificações de papel”. A segunda integra a percepção dos componentes motivacionais das qualificações gerais de papel, enquanto a última dimensão pressupõe as duas anteriores.

A segunda parte desse capítulo, denominada *As sociedades complexas podem formar uma identidade racional de si mesmas?* discorre sobre a problemática da identidade, abordando a formação desta a partir de Hegel. Para tanto, refaz o percurso histórico entre a relação da identidade do Eu e do grupo, por meio de quatro estágios da evolução social. Nas sociedades arcaicas, o

mundo era visto de forma mítica. Já nas primeiras civilizações, a religião ganhou destaque. Por sua vez, nas sociedades desenvolvidas, o foco está na organização política. Na última fase, a era moderna, a moral universalista é que predomina.

Ainda sobre o pensamento hegeliano, Habermas analisa a cisão entre o Eu moderno, a sociedade e a natureza (exterior e interior). Mais adiante, o autor discute a tese de Hegel (a sociedade moderna encontrou sua identidade racional no Estado constitucional soberano, e cabe à filosofia representar essa identidade como racional), apontando como dificuldades a questão da religião, a identidade racional construída por meio do Estado Constitucional, a nação e o partido.

A construção de uma identidade racional em uma sociedade complexa é discutida por Niklas Luhmann, pois, segundo ele, as sociedades complexas não são capazes de produzir identidade por meio da consciência dos membros de seu sistema. Para encerrar, Habermas admite que em sociedades complexas, a identidade coletiva toma forma de uma identidade não determinada, e que é uma identidade própria da comunidade.

Na terceira seção, intitulada *Evolução*, a primeira parte, *Para a reconstrução do Materialismo Histórico*, Stalin é apontado como o codificador do materialismo histórico em uma forma plena de consequências e, a partir disso, as pesquisas subsequentes estão atreladas a essa ideia. Diante desse quadro, Habermas critica essa concepção, ao expor alguns pontos de vista que levam à proposta de reconstrução dessa teoria. Para tanto, conceitua trabalho social e história do gênero. O primeiro caracteriza o homem em relação aos demais animais. Dado o sistema que regula socialmente o trabalho e a divisão dos produtos, tem-se a economia. O trabalho social, sob a perspectiva marxista, está relacionada à história do gênero, esta reconstruída por meio do conceito de modo de produção. Tal termo é definido como um “determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e por determinadas formas de relações sociais” (p. 119). Habermas contrapõe o modelo de história do gênero com base em uma interpretação mais cuidadosa e afirma que a resposta descritiva do materialismo histórico se realiza por meio de conflitos sociais.

No tópico *História e Evolução*, há referências à historiografia, fazendo distinção entre pesquisa histórica e narrativa histórica. Encontramos ainda

uma crítica a Luhmann, sobre sua teoria de evolução, demonstrando dúvidas em relação à interface entre a própria historiografia e essa evolução.

Sobre a crítica a Luhmann, ela reside no fato de que este radicalizou os pensamentos de Parson, o qual propôs, com base em Pareto, Dürkheim e Max Weber, os conceitos-base da teoria sistêmica e da ação. Nesse contexto, a história é formada a partir de ações e narrações, enquanto que o desenvolvimento do sistema é realizado na forma de uma ampliação estrutural das capacidades de direção e controle, de uma intensificação da complexidade. Assim, entende-se que a evolução social é perpassada pela história e não dissociada dela. Luhmann não concebe da mesma forma os conceitos da teoria da ação, oferecendo uma teoria mais refinada, nas palavras de Habermas, acerca dos sistemas.

A última seção do livro, *Legitimação*, ele discute *Problemas de Legitimação no Estado Moderno*. Considera, a princípio, legitimidade um ordenamento político digno de ser reconhecido. Nesse sentido, somente ordenamentos teriam necessidade de ser legitimizados, a fim, por exemplo, de um sistema político poder assegurar lealdade das massas.

Historicamente, problemas concernentes à legitimidade já se faziam presentes em Roma antiga e na Idade Média, difundidas por meio de fórmulas. Nas sociedades tradicionais, esses conflitos assumiram forma de movimentos proféticos, como os ocorridos em Israel ou no cristianismo no Império Romano.

Habermas chama a atenção para o fato de que os problemas de legitimação estejam relacionados a conflitos de classe. Assim, compreende-se que legitimidade é capacidade de ordenamento político de ser reconhecido, servindo para mostrar por que instituições *estão aptas a empregar a força política, de modo a realizar os valores constitutivos da identidade de uma sociedade*. Nas sociedades capitalistas desenvolvidas, a legitimação é entendida a partir da consideração de democracia de massa do Estado e que o sistema econômico funciona sem grandes perturbações. Também o fato de que o nacionalismo, durante muito tempo, foi o ponto capaz de conter as crises de legitimidade, é considerado por ele.

Ao encerrar o capítulo, Habermas volta sua atenção para a discussão sobre o conceito reconstrutivo aplicado aos problemas de

legitimação, salientando que este está ligado ao pensamento de Weber. Também são invocados os nomes de Hennis e Hannak Pitkin, a qual emprega conceitos como justiça, beleza, verdade para validar o poder legítimo. Isto posto, Habermas declara que sua análise sobre legitimação foi realizada sob dois enfoques: empírico (aplicado às ciências sociais) e normativista (insustentável por conta do contexto metafísico em que se insere).

Aqueles que se dedicam ao estudo das Ciências Sociais encontrarão nessa obra uma excelente leitura sobre o materialismo histórico. O livro, de grande referência em todo mundo, traz uma temática capaz também de levar o leitor a rever suas opiniões quanto à ideia de identidade do Eu e das relações existentes nas sociedades complexas.